



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
SECRETARIA EXECUTIVA
SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Ministério do Planejamento e Orçamento

Brasília-DF
Setembro/2023

ÍNDICE

CONTEXTO OPERACIONAL	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	5
NOTAS EXPLICATIVAS	17
BALANÇO PATRIMONIAL	21
NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21
NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO.....	21
NOTA 03 - ESTOQUES	22
NOTA 04 - IMOBILIZADO.....	23
NOTA 05 - INTANGÍVEL.....	25
NOTA 06 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	25
NOTA 07 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR.....	25
NOTA 08 – DEMAIS OBRIGAÇÕES.....	26
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	27
NOTA 09 – RESULTADO PATRIMONIAL	27

MINISTRA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Simone Tebet

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Gustavo José de Guimarães e Souza

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Esther Dweck

SECRETÁRIA-EXECUTIVA

Cristina Kiomi Mori

SECRETÁRIO DE GESTÃO CORPORATIVO

Cilair Rodrigues de Abreu

DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Leonardo David da Silva Luz

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE

Enoque da Rocha Costa

EQUIPE TÉCNICA:

Rafael de Souza – Coordenador de Informação Contábil

Alexandre Gomes Oliveira – Chefe de Divisão de Informação Contábil

Filipe Antunes Barros

Email: cicon.cgcon.dfc@economia.gov.br

CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de janeiro de 2019, a Medida Provisória nº 870, convertida na lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019, que trata da estrutura do poder executivo da administração pública federal direta, transformou o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o Ministério do Trabalho e Emprego no Ministério da Economia.

Em 1º de janeiro de 2023, o Ministério do Planejamento e Orçamento foi recriado através da Medida Provisória nº 1.154, essa MP estabeleceu a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Constituem áreas de competência do Ministério do Planejamento e Orçamento:

- I - elaboração de subsídios para o planejamento e a formulação de políticas públicas de longo prazo destinadas ao desenvolvimento nacional;
- II - avaliação dos impactos socioeconômicos das políticas e dos programas do Governo federal e elaboração de estudos especiais para a reformulação de políticas;
- III - elaboração de estudos e pesquisas para acompanhamento da conjuntura socioeconômica e gestão dos sistemas cartográficos e estatísticos nacionais;
- IV - elaboração, acompanhamento e avaliação do plano plurianual de investimentos e dos orçamentos anuais;
- V - viabilização de novas fontes de recursos para os planos de governo;
- e
- VI - formulação de diretrizes, acompanhamento e avaliação de financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais.

Estas e outras informações relevantes a respeito do MPO relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/planejamento/pt-br>

Cabe destacar ainda que por meio da Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023 foi disciplinado o compartilhamento de atividades de suporte administrativo entre Ministérios.

Estão abrangidas as atividades de administração patrimonial, de material e de espaço físico, gestão de pessoas, serviços gerais, orçamento e finanças, contabilidade, logística, contratos, planejamento governamental e gestão estratégica, tecnologia da informação e, a critérios dos órgãos envolvidos, também outras atividades de suporte administrativo.

O novo arranjo vem ao encontro da modernização da Administração Pública, além de possibilitar maior integração entre os órgãos e prestação de serviços mais ágeis e eficientes.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, por meio da Secretaria de Gestão Corporativa (SGC), atenderá inicialmente os seguintes ministérios: Fazenda; Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Planejamento e Orçamento; e Povos Indígenas.

Para mais informações sobre o novo modelo de compartilhamento de atividades de administração, acesse a íntegra da Portaria MGI nº 43/2023.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTÍTULO	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ORGAO SUPERIOR	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

EXERCICIO 2023	PERIODO SET (Fechado)
-------------------	--------------------------

EMISSAO 28/10/2023	PAGINA 1
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	260.771.272,87	-	PASSIVO CIRCULANTE	2.013.909.740,53	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	229.097.097,07	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	196.099.516,17	-
Créditos a Curto Prazo	12.736.914,46	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	13.556.504,87	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.669.378.566,95	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-819.590,41	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	569.438,75	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoque	18.937.261,34	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	147.862.218,66	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	641.677.631,96	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	108.790,61	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.467.710,04	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	4.487.710,04	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	5.403.752,15	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos Previdenciários do RPPS	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	1.447.351,90	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-2.383.304,01	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	108.790,61	-
Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	2.014.018.531,14	-
Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	10.039.026,46	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	-1.121.608.652,77	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultado do Exercício	1.354.989.404,44	-
Imobilizado	602.677.919,20	-	Resultados de Exercícios Anteriores	-2.476.338.928,40	-
Bens Móveis	230.771.882,01	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-259.128,81	-
Bens Móveis	612.737.522,89	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-381.965.640,88	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-1.111.569.626,31	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	371.906.037,19	-			
Bens Imóveis	376.030.858,48	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-4.124.821,29	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	34.532.002,72	-			
Softwares	34.532.002,72	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO SET (Fechado)
EMISSÃO 28/10/2023	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTÍTULO	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ORGAO SUPERIOR	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Softwares	49.297.127,22	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-14.785.124,50	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	902.448.904,83	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	902.448.904,83	-

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	229.097.667,07	-	PASSIVO FINANCEIRO	1.840.788.562,43	-
ATIVO PERMANENTE	673.351.237,76	-	PASSIVO PERMANENTE	690.366.138,68	-
SALDO PATRIMONIAL	1.628.705.796,28	-			

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	54.253.203,18	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	371.642.196,00	-
Atos Potenciais Ativos	54.253.203,18	-	Atos Potenciais Passivos	371.642.196,00	-
Garantias e Contragarantias Recebidas	9.508.013,14	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	44.745.731,80	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	4.089.333,87	-
Direitos Contratuais	1.458,24	-	Obrigações Contratuais	366.952.882,13	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	54.253.203,18	-	TOTAL	371.642.196,00	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.461.478.722,67
Recursos Vinculados	-150.212.172,69
Seguridade Social (Exoeto Previdência)	1.273.261,81
Previdência Social (RPPS)	-56.747.158,38
Dívida Pública	-116.585.285,15



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO SET (Fechado)
-------------------	--------------------------

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
--------	----------------------------

EMISSÃO 28/10/2023	PÁGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Alienação de Bens e Direitos	3.451.141,90
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	18.395.277,11
Outros Recursos Vinculados	570,00
TOTAL	-1.611.690.895,36



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO SET (Fechado)
EMISSÃO 28/10/2023	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTÍTULO	47000 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ORGAO SUPERIOR	47000 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	10.428.382.235,51	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	4.029.388,05	-
Venda de Mercadorias	78.943,97	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	3.950.444,08	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	132.906.795,37	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	2.274,82	-
Variações Monetárias e Cambiais	131.562.743,52	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.311.777,03	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	10.041.669.103,11	-
Transferências Intragovernamentais	10.013.907.763,03	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	27.761.340,08	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	245.677.555,83	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	84.293,88	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	3.564.389,58	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	242.028.872,41	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.099.393,15	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2023

PERÍODO
SET (Fechado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS

EMISSÃO
28/10/2023

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E

ORGAO SUPERIOR 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	18.494,77	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	4.080.898,38	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	9.073.392.831,07	-
Pessoal e Encargos	1.261.737.882,58	-
Remuneração a Pessoal	909.395.170,65	-
Encargos Patronais	198.257.593,40	-
Benefícios a Pessoal	91.284.476,88	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	2.800.641,67	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.158.028.245,90	-
Aposentadorias e Reformas	919.120.112,37	-
Pensões	224.241.989,75	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	14.666.143,78	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	401.982.175,85	-
Uso de Material de Consumo	24.209.882,37	-
Serviços	340.414.616,32	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	37.357.877,16	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	12.849.099,90	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	794.066,62	-
Variações Monetárias e Cambiais	12.053.045,39	-
Descontos Financeiros Concedidos	1.387,89	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	5.810.937.323,32	-
Transferências Intragovernamentais	5.021.828.091,22	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	734.972.690,90	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	54.138.541,20	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	415.716.599,05	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	2.241.390,49	-
Perdas com Alienação	119.885,52	-
Perdas Involuntárias	561.376,80	-
Incorporação de Passivos	407.142.451,99	-
Desincorporação de Ativos	5.651.694,25	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO SET (Fechado)
EMISSÃO 28/10/2023	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTÍTULO	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ORGAO SUPERIOR	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
Tributárias	757.713,93	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	203.951,75	-
Contribuições	553.762,18	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	27.239,76	-
Custo das Mercadorias Vendidas	27.239,76	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	11.356.550,78	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	7.121.520,59	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	4.235.030,19	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.354.989.404,44	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2023	2022



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO SET (Fechado)
EMISSÃO 28/10/2023	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTÍTULO	47000 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ÓRGÃO SUPERIOR	47000 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	394.782.600,77	-
INGRESSOS	10.027.266.661,93	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	135.088,24	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	3.247.182,09	-
Remuneração das Disponibilidades	1.345.868,58	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	85.751,45	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	10.022.452.771,57	-
Ingressos Extraorçamentários	6.352.949,03	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	57.066,55	-
Transferências Financeiras Recebidas	10.013.899.176,49	-
Arrecadação de Outra Unidade	2.143.579,50	-
DESEMBOLSOS	-9.632.484.061,16	-
Pessoal e Demais Despesas	-2.579.657.931,12	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-50.231,90	-
Essencial à Justiça	-85.866,10	-
Administração	-1.469.527.331,98	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-471.702,63	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.102.620.630,39	-
Saúde	-3.468.088,62	-
Trabalho	-10.700,00	-
Educação	-4.271,64	-
Cultura	-1.619.668,33	-
Direitos da Cidadania	-1.968.164,60	-
Urbanismo	-12.400,00	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-6.800,79	-
Ciência e Tecnologia	-31.138,55	-
Agricultura	-2.848,44	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023 PERÍODO SET (Fechado)

EMIÇÃO 28/10/2023 PAGINA 2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTÍTULO	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ORGAO SUPERIOR	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2023	2022
Indústria	-89.893,55	-
Comércio e Serviços	-20.005,14	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-100.727,97	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	412.539,41	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-2.023.087.743,79	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-229.526.527,94	-
Outras Transferências Concedidas	-1.793.561.215,85	-
Outros Desembolsos Operacionais	-5.029.738.386,25	-
Dispêndios Extraorçamentários	-7.580.409,45	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-184.047,18	-
Transferências Financeiras Concedidas	-5.021.826.025,22	-
Demais Pagamentos	-147.904,40	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-404.856.492,63	-
INGRESSOS	285.700,00	-
Alienação de Bens	285.700,00	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-405.142.192,63	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-13.043.601,75	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-392.098.590,88	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-10.073.891,86	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	239.170.988,93	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	229.097.097,07	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023 PERÍODO SET (Fechado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS

EMISSÃO 28/10/2023 PAGINA 1

SUBTÍTULO 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ORGAO SUPERIOR 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	6.017.272,00	6.017.272,00	4.813.890,36	-1.203.381,64
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	5.930.593,00	5.930.593,00	1.480.956,82	-4.449.636,18
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	287.368,00	287.368,00	135.088,24	-152.279,76
Valores Mobiliários	5.643.225,00	5.643.225,00	1.345.868,58	-4.297.356,42
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	72.751,00	72.751,00	3.247.182,09	3.174.431,09
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	72.751,00	72.751,00	3.247.182,09	3.174.431,09
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	13.928,00	13.928,00	85.751,45	71.823,45
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	344,59	344,59
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	13.928,00	13.928,00	80.989,33	67.061,33
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	4.417,53	4.417,53
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	285.700,00	285.700,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	285.700,00	285.700,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	285.700,00	285.700,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO SET (Fechado)
EMISSION 28/10/2023	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTÍTULO	47000 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ORGAO SUPERIOR	47000 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	6.017.272,00	6.017.272,00	5.099.590,36	-917.681,64
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	6.017.272,00	6.017.272,00	5.099.590,36	-917.681,64
DEFICIT	-	-	3.491.398.834,06	3.491.398.834,06
TOTAL	6.017.272,00	6.017.272,00	3.496.498.424,42	3.490.481.152,42
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-11.922.347.440,00	-	11.922.347.440,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-11.922.347.440,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	3.040.765.496,00	13.357.506.411,00	3.184.325.530,39	2.683.993.039,24	2.474.524.191,29	10.173.180.880,61
Pessoal e Encargos Sociais	2.475.905.422,00	9.817.741.808,00	1.945.190.066,30	1.836.695.977,48	1.642.147.124,62	7.872.551.741,70
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	564.860.074,00	3.539.764.603,00	1.239.135.464,09	847.297.061,76	832.377.066,67	2.300.629.138,91
DESPESAS DE CAPITAL	14.045.090,00	834.064.712,00	312.172.894,03	305.069.996,94	305.042.683,94	521.891.817,97
Investimentos	14.045.090,00	62.633.486,00	11.630.862,36	4.527.965,27	4.500.652,27	51.002.623,64
Inversões Financeiras	-	771.431.226,00	300.542.031,67	300.542.031,67	300.542.031,67	470.889.194,33
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	3.054.810.586,00	14.191.571.123,00	3.496.498.424,42	2.989.063.036,18	2.779.566.875,23	10.695.072.698,58
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.054.810.586,00	14.191.571.123,00	3.496.498.424,42	2.989.063.036,18	2.779.566.875,23	10.695.072.698,58



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023 PERÍODO SET (Fechado)

EMISSÃO 28/10/2023 PAGINA 3

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTÍTULO	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ORGAO SUPERIOR	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	3.054.810.586,00	14.191.571.123,00	3.496.498.424,42	2.989.063.036,18	2.779.566.875,23	10.695.072.698,58

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	121.633.354,81	3.038.975.170,64	1.859.943.045,74	1.859.942.708,38	179.246.798,69	1.121.419.018,38
Pessoal e Encargos Sociais	-	3.794.143,37	167.212,75	167.212,75	159.087,96	3.467.842,66
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	121.633.354,81	3.035.181.027,27	1.859.775.832,99	1.859.775.495,63	179.087.710,73	1.117.951.175,72
DESPEAS DE CAPITAL	1.872.480,34	100.124.183,99	100.076.541,59	100.076.541,59	1.348.976,31	571.146,43
Investimentos	944.140,34	11.914.183,99	11.866.541,59	11.866.541,59	420.636,31	571.146,43
Inversões Financeiras	928.340,00	88.210.000,00	88.210.000,00	88.210.000,00	928.340,00	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	123.505.835,15	3.139.099.354,63	1.960.019.587,33	1.960.019.249,97	180.595.775,00	1.121.990.164,81

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	-	268.714.102,97	268.691.314,65	2.499,49	20.288,83
Pessoal e Encargos Sociais	-	155.575.875,99	155.558.539,13	348,99	16.987,87
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	113.138.226,98	113.132.775,52	2.150,50	3.300,96
DESPEAS DE CAPITAL	-	22.967,10	22.967,10	-	-
Investimentos	-	22.967,10	22.967,10	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	268.737.070,07	268.714.281,75	2.499,49	20.288,83



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTÍTULO	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ORGAO SUPERIOR	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

EXERCICIO 2023	PERIODO SET (Fechado)
EMISSAO 28/10/2023	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	5.099.590,36		Despesas Orçamentárias	3.496.498.424,42	
Ordinárias	-		Ordinárias	1.984.402.672,14	
Vinculadas	6.327.140,36		Vinculadas	1.512.095.752,28	
Previdência Social (RPPS)	-		Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.571.800,00	
Alienação de Bens e Direitos	285.700,00		Previdência Social (RPPS)	1.167.697.071,56	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	6.041.025,67		Dívida Pública	337.245.667,65	
Recursos a Classificar	414,39		Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	5.581.213,07	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.227.550,00				
Transferências Financeiras Recebidas	10.013.899.176,49		Transferências Financeiras Concedidas	5.021.826.025,22	
Resultantes da Execução Orçamentária	6.113.328.825,42		Resultantes da Execução Orçamentária	3.121.693.300,82	
Cota Recebida	2.999.371.472,60		Repasso Concedido	2.386.166.911,64	
Repasso Recebido	2.405.430.963,64		Sub-repasso Concedido	708.526.389,18	
Sub-repasso Recebido	708.526.389,18		Cota Devolvida	27.000.000,00	
Independentes da Execução Orçamentária	3.900.570.351,07		Independentes da Execução Orçamentária	1.900.132.724,40	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.899.233.455,77		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.896.949.490,87	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.336.895,30		Demais Transferências Concedidas	35.848,06	
Aporte ao RPPS	-		Movimento de Saldos Patrimoniais	3.147.385,47	
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RPPS	-	
			Aporte ao RGPS	-	
Recebimentos Extraorçamentários	725.897.683,68		Pagamentos Extraorçamentários	2.236.645.892,75	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	209.496.160,95		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	268.714.281,75	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	507.435.388,24		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.960.019.249,97	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.352.949,03		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.580.409,45	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.613.185,46		Outros Pagamentos Extraorçamentários	331.951,58	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	412.539,41		Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	184.047,18	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	57.066,55		Demais Pagamentos	147.904,40	
Arrecadação de Outra Unidade	2.143.579,50				
Saldo do Exercício Anterior	239.170.988,93		Saldo para o Exercício Seguinte	229.097.097,07	
Caixa e Equivalentes de Caixa	239.170.988,93		Caixa e Equivalentes de Caixa	229.097.097,07	
TOTAL	10.984.067.439,46		TOTAL	10.984.067.439,46	

NOTAS EXPLICATIVAS

1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis: Exercício Financeiro de 2023

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do MGI.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades MGI administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

- i. Balanço Patrimonial (BP);
- ii. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- iii. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- iv. Balanço Orçamentário (BO);
- v. Balanço Financeiro (BF);
- vi. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- vii. Notas Explicativas.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da União por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais; de investimento; e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

O Balanço Orçamentário, por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

Por sua vez, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no exercício.

2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste MGI, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público:

A) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos

para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

B) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

C) Créditos de Curto e Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto e longo prazo relacionados, principalmente, com:

- i. dívida ativa; e
- ii. demais valores.

Os valores são mensurados pelo custo histórico, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

D) Estoques

Compreendem os materiais de uso e consumo, selos de controle e produtos em trânsito. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

E) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão

(quando tiverem vida útil definida), à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

F) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

G) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP, a Lei nº 10.180/2001 e o Decreto nº 6.976/2009.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração direta da União, suas Autarquias e Fundações, disponível no sítio do Tesouro Nacional, e na Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014.

Reavaliação

Segundo o art. 4º da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

- i. Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU);

- ii. Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; e
- iii. Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, entre outros.

Ainda de acordo com o referido normativo, os valores deverão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Redução ao Valor Recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual Siafi, especificamente na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio do Tesouro Nacional.

Conforme descrito no item 3.1 da Macrofunção supracitada, no momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por não recuperabilidade será reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, impactando diretamente o patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por não recuperabilidade do ativo será reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por não recuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo será ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

Depreciação, Amortização e Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN-SPU

nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte.

A tabela de vida útil e valor residual dos bens móveis encontra-se elencada no item 6.3 da Macrofunção 020330.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

H) Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ii. fornecedores e contas a pagar;
- iii. obrigações fiscais;
- iv. demais obrigações.

I) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- i. **Resultado patrimonial:** A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta "Superavit/Deficit do Exercício". O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.
- ii. **Resultado orçamentário:** O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- iii. **Resultado financeiro:** representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa

J) Composição do Órgão e Órgão Superior

ÓRGÃO

MPO:

Gabinete da Ministra
Secretaria Executiva
Assessoria Especial de Controle Interno
Assessoria Especial de Comunicação Social
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos
Secretaria de Articulação Institucional
Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos
Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento
Secretaria Nacional de Planejamento
Secretaria de Orçamento Federal

ÓRGÃO SUPERIOR

MPO

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística | IBGE
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada | IPEA

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

A tabela a seguir demonstra a composição da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

Caixa e Equivalentes de Caixa	Órgão		Órgão Superior	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Caixa	18.559.565	-	215.744.700	-
Bancos	-	-	13.352.397	-
Total	18.559.565	-	229.097.097	-

Circulante	18.559.565	-	229.097.097	-
Não Circulante	-	-	-	-

1.1 Caixa

A conta de Caixa é composta exclusivamente pelo Limite de Saque.

Caixa	Órgão		Órgão Superior	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Limite de Saque	18.559.565	-	239.345.075	-
Total	18.559.565	-	239.345.075	-

Circulante	18.559.565	-	239.345.075	-
Não Circulante	-	-	-	-

Essa conta registra o valor do limite de saque da conta única do ente federativo, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira, para atender as despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social.

1.2 Bancos

Bancos	Órgão		Órgão Superior	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Tesouro Nacional	-	-	12.866.463	-
Demais Contas	-	-	485.934	-
Total	-	-	13.352.397	-

Circulante	-	-	13.352.397	-
Não Circulante	-	-	-	-

Os bancos em moeda Nacional são compostos pelo somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional (CTU) depositados no

Banco Central do Brasil (BCB) e dos valores disponíveis em outros bancos, bem como os seus equivalentes.

A subconta Tesouro Nacional é destinada aos recebimentos e pagamentos da Administração Pública Federal em geral.

NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO

2.1 Dívida Ativa

A dívida ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, inscritos por não terem sido quitados e não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade.

Dívida Ativa Tributária e Não Tributária	Órgão		Órgão Superior	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Dívida Ativa Não Tributária	-	-	5.403.752	-
Subtotal	-	-	5.403.752	-
(-) Ajuste para Perdas	-	-	2.190.301	-
Total	-	-	3.213.452	-

Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	3.213.452	-

2.1.1 Dívida Ativa - IBGE

Nessa conta, constam os valores relativos aos créditos do IBGE contra terceiros, provenientes de créditos não tributários.

Dívida Ativa Tributária e Não Tributária	IBGE	
	30/09/2023	31/12/2022
Dívida Ativa Não Tributária	2.607.277	-
Subtotal	2.607.277	-
(-) Ajuste para Perdas	-	2.190.301
Total	416.977	-

Circulante	-	-
Não Circulante	416.977	-

A conta de Dívida Ativa apresentou registros de atualização, bem como de baixa na Administração Central e nas Superintendências Estaduais do Rio Grande do Norte, Minas Gerais e São Paulo.

O ajuste da conta de Ajuste para Perdas é realizado anualmente, no final do exercício.

2.2 Demais Créditos

Os Demais Créditos e Valores compreendem os valores a receber pelas demais transações (que não se enquadram nos grupos de contas anteriores) realizáveis no curto e longo prazo.

Demais Créditos e Valores	Órgão		Órgão Superior	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Adiantamento TED	1.196.783	-	6.038.354	-
Créditos por Dano ao Patrimônio	-	-	5.170.687	-
Suprimento de Fundos	-	-	2.081.544	-
Adiantamento Concedidos a Pessoal	-	-	1.090.707	-
Demais	-	-	622.564	-
Subtotal	1.196.783	-	15.003.857	-
(-) Ajuste para Perdas	-	-	- 1.012.684	-
Total	1.196.783	-	13.991.173	-
Circulante	1.196.783	-	12.736.914	-
Não Circulante	-	-	1.254.258	-

2.2.1 Demais Créditos - IBGE

Compreendem os direitos a receber relacionados, principalmente, com créditos por dano ao patrimônio, adiantamentos TED, suprimento de fundos, adiantamentos concedidos.

Demais Créditos e Valores	IBGE	
	30/09/2023	31/12/2022
Créditos por Dano ao Patrimônio	5.170.687	-
Adiantamento TED	4.841.571	-
Suprimento de Fundos	2.073.544	-
Adiantamento Concedidos a Pessoal	1.070.473	-
Demais	541.559	-
Subtotal	13.697.835	-
(-) Ajuste para Perdas	-	- 1.012.684
Total	12.685.151	-
Circulante	11.430.893	-
Não Circulante	1.254.258	-

Os créditos por danos ao patrimônio são os maiores responsáveis pelo saldo deste grupo. O IBGE possui valores escriturados em créditos administrativos no curto e no longo prazo. Esses valores são registrados conforme orientação de processo administrativo no qual foi apurado o dano ao erário e seu respectivo responsável. De todos os créditos registrados, os relacionados à folha de pagamento são os mais relevantes e apresentaram um acréscimo em relação a 31.12.2022.

A conta de Adiantamento de TED contempla as descentralizações efetuadas para a Secretaria de Comunicação Social – SECOM, que está com prazo de vigência vencido pendente de recebimento da prestação de contas, e com a Coordenação Reg. Kayapo Sul do Pará/PA cujo prazo de vigência se encerrou em 30 de junho de 2023 e ainda não foi recebida a prestação de contas.

No item suprimento de fundos, é realizado o regime de adiantamento através do Cartão de Pagamento do Governo Federal-CPGF e há autorizado o montante de R\$ 2.073.544. Estes valores são autorizados aos supridos para execução de despesas de pequeno vulto nas modalidades Saque e Fatura. Durante a execução, estes valores permanecem no ativo, até a apresentação da prestação de contas e de sua plena aplicação dos valores, momento em que são baixadas as responsabilidades.

2.3 (-) Ajustes para Perdas

Na tabela a seguir fica sintetizado os valores registrados de ajustes para perdas nas contas do grupo de créditos a receber a curto e longo prazos.

(-) Ajuste para Perdas	Órgão		Órgão Superior	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Dívida Ativa Tributária e Não Tributária	-	-	- 2.190.301	-
Demais Créditos e Valores	-	-	- 1.012.684	-
Total	-	-	- 3.202.984	-
Circulante	-	-	- 819.590	-
Não Circulante	-	-	- 2.383.394	-

NOTA 03 - ESTOQUES

A tabela a seguir apresenta o detalhamento dos estoques, mais especificamente, os itens registrados nas contas de material de consumo e mercadorias para venda ou revenda do MPO.

Estoques	Órgão		Órgão Superior	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Materiais de Consumo	-	-	17.612.008	-
Mercadorias para Venda ou Revenda	-	-	1.325.253	-
Total	-	-	18.937.261	-
Circulante	-	-	18.937.261	-
Não Circulante	-	-	-	-

NOTA 04 - IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado é o item tangível (corpóreo, material) que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens.

O imobilizado está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis.

Imobilizado	Órgão		Órgão Superior	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Custo	12.176.679	-	612.737.523	-
(-) Depreciação	- 9.759.684	-	- 381.965.641	-
Bens Móveis	2.416.996	-	230.771.882	-
Custo	-	-	376.030.858	-
(-) Depreciação	-	-	- 1.031.006	-
(-) Amortização	-	-	- 3.093.816	-
Bens Imóveis	-	-	371.906.037	-
Total	2.416.996	-	602.677.919	-
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	2.416.996	-	602.677.919	-

4.1 Bens Móveis

Os bens móveis são registrados e gerenciados no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), totalmente integrado com o SIAFI. O detalhamento completo dos bens móveis encontra-se disponível no anexo I no site <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/aceso-a-informacao/demonstracoes-contabeis>.

4.1.1 Depreciação

As informações da depreciação dos bens móveis são apuradas pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- i. Método das cotas constantes; e
- ii. Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Essas definições originam-se da necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis, viabilizando a divulgação nas notas explicativas do Balanço Geral da União - BGU dos critérios adotados para depreciação.

4.1.2 Reavaliação

De acordo com o Manual SIAFI na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, as reavaliações devem ser realizadas utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado na data de encerramento do Balanço Patrimonial, pelo menos:

- i. Anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados;
- ii. A cada quatro anos, para as demais contas ou grupos de contas.

Essa reavaliação somente será efetuada se o valor líquido contábil sofrer modificação significativa. Deve-se sempre levar em conta a relação custo-benefício e a representatividade dos valores.

Entretanto, o MPO ainda não realiza sistematicamente os procedimentos para contabilização da reavaliação dos Bens Móveis registrados no seu ativo.

4.1.3 Redução ao Valor Recuperável

De acordo com a supracitada Macrofunção 020335, entende-se por redução ao valor recuperável a desvalorização de um ativo quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Ou seja, caso o valor contábil de um ativo apresente valor acima da quantia que será recuperada através do uso ou da venda desse ativo, é possível afirmar que esse ativo está em imparidade (impairment). O valor da perda deverá ser estimado por meio de testes de recuperabilidade.

O valor de um bem deve ser reduzido ao valor recuperável se alguma das situações abaixo for verdadeira:

- i. Cessação total ou parcial das demandas ou necessidade dos serviços fornecidos pelo bem;
- ii. Diminui o significativa, de longo prazo, das demandas ou necessidade dos serviços fornecidos pelo bem;
- iii. Dano físico do bem;

- iv. Mudanças significativas, de longo prazo, com efeito adverso na entidade, ocorreram ou estão para ocorrer no ambiente tecnológico, legal ou de política de governo no qual a entidade opera;
- v. Mudanças significantes, de longo prazo, com efeito adverso na entidade ocorreram ou estão para ocorrer na extensão ou maneira da utilização do bem. Essas modificações incluem a ociosidade do bem, planos para descontinuar ou reestruturar a operação no qual ele é utilizado, ou planos de se desfazer do bem antes da data previamente estimada;
- vi. É decidido interromper a construção de um bem antes que o mesmo esteja em condições de uso;
- vii. Há indicação de que a performance de serviço do bem está ou estará significativamente pior do que esperado;
- viii. Durante o período, o valor de mercado de um bem caiu significativamente, mais do que seria esperado pela passagem do tempo ou uso normal.

Entretanto, o MPO ainda não realiza sistematicamente os procedimentos para contabilização da redução ao valor recuperável dos bens móveis registrados no seu ativo.

4.2 Bens Imóveis

Os imóveis de uso especial são registrados e gerenciados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), integrado ao SIAFI, exceto quanto à depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado à STN. O detalhamento completo dos bens imóveis encontra-se disponível **no anexo I** no site <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/acao-a-informacao/demonstracoes-contabeis>.

4.2.1 Depreciação

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão
x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

4.2.2 Reavaliação

Segundo o art. 4º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

- i. Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- ii. Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- iii. Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores devem ser atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

4.2.3 Redução ao Valor Recuperável

Conforme descrito no tópico correspondente dos Bens Móveis, os procedimentos para redução ao valor recuperável são os mesmos para todo o ativo Imobilizado.

Entretanto, o MPO ainda não realiza sistematicamente os procedimentos para contabilização da redução ao valor recuperável dos bens imóveis registrados no seu ativo.

4.2.4 Terrenos e Glebas - IPEA

Bens Imóveis	IPEA	
	30/09/2023	31/12/2022
Terrenos/Glebas	-	28.099.625
Total	-	28.099.625

Houve uma variação negativa de R\$ 28.099.624,85 (vinte e oito milhões, noventa e nove mil seiscentos e vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos) na conta de Terrenos/Glebas, proveniente da aquisição da nova sede por meio de permuta com uso de sessão gratuita. Os imóveis cadastrados referem-se as projeções localizadas na SQS 116, BL H e SQS 212, BL I e foram procedidos a transferência para Secretaria de Patrimônio de União – SPU no primeiro trimestre do corrente exercício.

NOTA 05 - INTANGÍVEL

O intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Intangível	Órgão		Órgão Superior	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Custo	-	-	49.297.127	-
(-) Amortização	-	-	14.765.125	-
Total	-	-	34.532.003	-

Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	34.532.003	-

NOTA 06 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	Órgão		Órgão Superior	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Salários, Remunerações e Benefícios	-	-	137.501.921	-
Férias a pagar	-	-	8.982.048	-
INSS Contribuição - Salários	-	-	2.296.155	-
Benefícios Assistenciais a pagar	-	-	1.339.384	-
Contribuições a Entidades de Previdência Complementar	-	-	301.743	-
Benefícios Previdenciários	-	-	198.519	-
INSS Contribuição - Serviços	-	-	18.328	-
FGTS	-	-	507	-
Total	-	-	196.099.516	-

Circulante	-	-	196.099.516	-
Não Circulante	-	-	-	-

NOTA 07 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Registra os valores a pagar aos credores decorrentes de fornecimento de bens/materiais, da prestação de serviços e Organismos Internacionais.

Fornecedores e Contas a Pagar	Órgão		Órgão Superior	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Fornecedores e Contas a Pagar estrangeiro	1.667.602.553	-	1.667.602.553	-
Fornecedores e Contas a Pagar nacional	-	-	1.776.014	-
Total	1.667.602.553	-	1.669.378.567	-

Circulante	1.667.602.553	-	1.669.378.567	-
Não Circulante	-	-	-	-

O maior passivo registrado na rubrica Fornecedores e Contas a Pagar estrangeiro foi com à Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente à contribuição para o Sistema das Nações Unidas.

Na tabela a seguir, são destacados os fornecedores e contas pagar com os valores mais representativos:

Fornecedores e Contas a Pagar estrangeiro	
CONTRIBUICAO AO SISTEMA DAS NACOES UNIDAS (MRE)	1.199.481.441
AGENCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATOMICA	87.170.577
FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS - FUMIN (ME)	86.745.600
ORGANIZACAO INTERNACIONAL DO TRABALHO	67.210.436
UNIAO DAS NACOES SUL-AMERICANAS - UNASUL	53.933.344
ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS P/EDUC., CIENCIA, CULTURA	32.015.751
CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMACAO EM CI	29.831.975
ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS PARA O DESENV INDUSTRIAL	20.144.462
INST INTERAMERICANO DE COOPERACAO PARA A AGRICULTURA	17.422.687
ORGANIZACAO INTERNACIONAL PARA AS MIGRACOES	14.433.207
ORGANIZACAO MUNDIAL DE METEOROLOGIA/OMM.	11.327.488
ORGANIZACAO PARA A PROIBICAO DAS ARMAS QUIMICAS	8.222.659
CONTRIBUICAO A UNIAO POSTAL UNIVERSAL	3.405.703
ORGANIZACAO DOS ESTADOS IBERO - AMERICANOS	3.034.698
CONTRIBUICAO A AGENCIA INTERNAC. DE PESOS E MEDIDAS	2.540.129
ONU/FAO	2.139.679
FUNDO INTERNACIONAL DA DIVERSIDADE CULTURAL - FIDC - UN	2.003.022
DEMAIS	26.539.693
Total	1.667.602.553

O pagamento dos compromissos da República Federativa do Brasil perante organismos internacionais está a cargo da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) e foi pactuado em sete moedas diferentes: dólares americanos, canadense e australiano; euro; libra esterlina; franco suíço; e real. Relativamente a esses compromissos, incide a variação

cambial sobre suas parcelas, uma vez que o valor a ser pago em reais pode sofrer elevação ou diminuição, a depender da valorização ou desvalorização da moeda estrangeira convencionada.

A título de referência é apresentado a seguir o montante do Capital a Integralizar em Instituições Financeiras Internacionais – IFI, decorrentes de acordos firmados pela República Federativa do Brasil com organismos internacionais registrado em Contas de Controle:

Capital a Integralizar em Organismos Internacionais	
CORPORACAO ANDINA DE FOMENTO - CAF (MP)	1.286.798.688
FUNDO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PRA	218.470.403
Total	1.505.269.091

NOTA 08 – DEMAIS OBRIGAÇÕES

As Demais Obrigações compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores do Passivo.

Demais Obrigações	Órgão		Órgão Superior	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Consignações	-	-	65.523.626	-
TED	-	-	80.502.128	-
Demais	-	-	1.945.255	-
Total	-	-	147.971.009	-
Circulante	-	-	147.862.219	-
Não Circulante	-	-	108.791	-

8.1 Demais Obrigações – IBGE

Demais Obrigações	IBGE	
	30/09/2023	31/12/2022
Consignações	61.089.906	-
TED	51.589.918	-
Demais	1.926.139	-
Total	114.605.963	-
Circulante	127.067.294	-
Não Circulante	108.791	-

As principais variações nesse grupo de Consignações se devem a diminuição na conta de Retenção Previdenciária – FRGPS sobretudo em função da redução considerável na folha de pessoal do Censo Demográfico. E ao aumento na conta de IRRF devido ao Tesouro Nacional, que a partir de maio de 2023 teve uma mudança no registro da apropriação devido a uma

retificação de procedimento para adequar a competência do registro contábil do Imposto de Renda sobre a folha.

As principais variações nas Transferências Financeiras a Comprovar - TED foram referentes aos recebimentos de financeiro dos TEDs firmados com o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, com a Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cad. Único e com a Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde. Além disso houve o registro da comprovação de TED firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Os registros nessa conta são feitos pelos parceiros repassadores dos recursos e há saldos pendentes apesar de já ter sido solicitada a atualização da conta após o envio da prestação de contas. Este fato está sinalizado na conformidade contábil do IBGE.

8.2 Demais Obrigações – IPEA

TED: As Transferências Financeiras a Comprovar, são responsáveis por 73% da movimentação do grupo, no terceiro trimestre apresentou uma variação negativa de 17% com relação a 31/12/2022, os registros nessa conta contábil são de responsabilidade dos órgãos repassadores.

Ressalta-se que essa variação de R\$ 2.944.282,01 (dois milhões, novecentos e quarenta e quatro mil duzentos e oitenta e dois reais e um centavo), se trata de TED's que estão pendentes a comprovação por parte dos órgãos repassadores.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

NOTA 09 – RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado em **setembro de 2023** foi **superavitário** conforme demonstrado na tabela abaixo.

Resultado Patrimonial	Órgão		Órgão Superior	
	30/09/2023	30/06/2022	30/09/2023	30/06/2022
Variação Patrimonial Aumentativa	7.439.697.450	-	10.428.382.236	-
Variação Patrimonial Diminutiva	6.006.952.484	-	9.073.392.831	-
Total	1.432.744.966	-	1.354.989.404	-

9.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MPO e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

Variação Patrimonial Aumentativa	Órgão		Órgão Superior	
	30/09/2023	30/06/2022	30/09/2023	30/06/2022
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-	4.029.388	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	131.589.139	-	132.906.795	-
Transferências e Delegações Recebidas	7.073.562.473	-	10.041.669.103	-
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	234.545.365	-	245.677.556	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	473	-	4.099.393	-
Total	7.439.697.450	-	10.428.382.236	-

9.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MPO, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

Variação Patrimonial Diminutiva	Órgão		Órgão Superior	
	30/09/2023	30/06/2022	30/09/2023	30/06/2022
Transferências e Delegações Concedidas	5.605.691.663	-	5.810.937.323	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	389.055.172	-	415.716.599	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	12.052.181	-	12.849.100	-
Uso de Bens, Serviços e Cons de Capital Fixo	153.468	-	401.982.176	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	1.261.737.883	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-	1.158.028.246	-
Tributárias	-	-	757.714	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	27.240	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-	11.356.551	-
Total	6.006.952.484	-	9.073.392.831	-

9.3 Desempenho Financeiro

A tabela abaixo compara o Resultado Financeiro (confronto entre as VPA financeiras e VPD financeiras), com o mesmo período do exercício anterior.

Desempenho Financeiro	Órgão		Órgão Superior	
	30/09/2023	30/06/2022	30/09/2023	30/06/2022
VPA Financeiras	131.589.139	-	132.906.795	-
Variações Monetárias e Cambiais	131.589.139	-	131.592.744	-
Rem. de Depósitos Banc. e Aplic. Financeiras	-	-	1.311.777	-
Juros e Encargos de Mora	-	-	2.275	-
VPD Financeiras	- 12.052.181	-	- 12.849.100	-
Variações Monetárias e Cambiais	- 12.052.181	-	- 12.053.045	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-	1.388	-
Juros e Encargos de Mora	-	-	794.667	-
Total	119.536.958	-	120.057.695	-

9.3.1 Variações Monetárias e Cambiais - SEAID

O pagamento dos compromissos da República Federativa do Brasil perante organismos internacionais está a cargo da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento - SEAID, que, por sua vez, estão expressos em sete moedas diferentes (dólar americano, canadense e australiano, euro, libra esterlina, franco suíço e real). Relativamente a esses compromissos, incide a variação cambial sobre suas parcelas, uma vez que o valor a ser pago em reais pode sofrer elevação/diminuição a depender da valorização/desvalorização da moeda estrangeira convencionada.

A tabela a seguir apresenta o levantamento do montante pertinente às variações cambiais de forma segregada do valor principal das obrigações reconhecidas:

Variações Monetárias e Cambiais	30/09/2023	30/09/2022	AH%
Aumentativa	131.589.139	327.738.048	-60%
Diminutiva	12.052.181	147.610.937	-92%
Total	119.536.958	180.127.112	-152%

9.4 Desempenho não Financeiro

Na tabela abaixo, é apresentado o resultado da DVP, expurgando-se os efeitos da VPA financeira e VPD financeira.

Desempenho Não Financeiro	Órgão		Órgão Superior	
	30/09/2023	30/06/2022	30/09/2023	30/06/2022
VPA Não Financeiras	7.308.108.311	-	10.295.475.440	-
VPD Não Financeiras	- 5.994.900.303	-	9.060.543.731	-
Total	1.313.208.007	-	1.234.931.709	-

9.5 Demonstração das Variações Patrimoniais - Ajustada

Visando qualificar as informações constantes na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP foi evidenciado, no demonstrativo a seguir, a exclusão dos valores oriundos de transações realizadas intragrupo. Esses valores, por representarem transações financeiras ocorridas entre unidades gestoras do próprio MPO, não alteram o Patrimônio Líquido.

Variação Patrimonial	Órgão		Órgão Superior	
	30/09/2023	30/06/2022	30/09/2023	30/06/2022
Aumentativa	1.834.005.787	-	4.617.444.912	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-	4.029.388	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	131.589.139	-	132.906.795	-
Transferências e Delegações Líquidas	1.467.870.810	-	4.230.731.780	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos	234.545.365	-	245.677.556	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	473	-	4.099.393	-
Diminutiva	- 401.260.821	-	- 3.262.455.508	-
Pessoal e Encargos	-	-	- 1.261.737.883	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-	- 1.158.028.246	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	- 153.468	-	- 401.982.176	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	- 12.052.181	-	- 12.849.100	-
Desvalorização e Perda de Ativos e	- 389.055.172	-	- 415.716.599	-
Tributárias	-	-	- 757.714	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	- 27.240	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-	- 11.356.551	-
Resultado Patrimonial do Período	1.432.744.966	-	1.354.989.404	-

As exclusões efetuadas na DVP referem-se aos saldos originalmente registrados nos grupos "Transferências e Delegações Concedidas" e "Transferências e Delegações Concedidas".

Transferências e Delegações Líquidas	Órgão		Órgão Superior	
	30/09/2023	30/06/2022	30/09/2023	30/06/2022
Transferências e Delegações Recebidas	7.073.562.473	-	10.041.669.103	-
Transferências e Delegações Concedidas	5.605.691.663	-	5.810.937.323	-
Total	1.467.870.810	-	4.230.731.780	-

Cabe destacar que as Demonstrações Contábeis extraídas do SIAFI não dispõem de parametrização para identificar e excluir, de forma sistematizada, as transações realizadas entre unidades no âmbito do MPO. Da forma como a DVP é originalmente extraída, as informações produzidas não refletem de modo adequado a realidade, podendo distorcer o entendimento quanto às referidas transações.